

Política de Proteção de Dados

- Recrutamento e Candidaturas Espontâneas

A empresa Intercir, Centro Cirúrgico de Coimbra apenas aceitará candidaturas apresentadas pelo formulário de recrutamento constante deste Website. Assim, não serão aceites candidaturas espontâneas nem curriculum vitae enviados por correio, fax ou correio eletrónico.

Na qualidade de Responsável pelo Tratamento de Dados, a Intercir, Centro Cirúrgico de Coimbra, com sede na Rua Dr. Manuel Campos Pinheiro, n.º 51, São Martinho do Bispo, 3045-089 Coimbra, contacto telefónico n.º 238 802700, presta, ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante, RGPD), as seguintes informações:

- a) Os dados recolhidos através de um processo de recrutamento ou candidaturas espontâneas serão tratados de forma lícita, leal e transparente, de acordo com legislação nacional e comunitária aplicável.
- b) Os dados serão recolhidos e tratados com a finalidade de gestão de candidaturas espontâneas e para eventual recrutamento e seleção, encontrando a sua licitude no facto de se tratar de diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados (artigo 6.º, n.º 1, al. b) e f) do RGPD).
- c) Para as finalidades acima referidas, a entidade poderá recolher e tratar os dados pessoais que sejam disponibilizados pelo candidato no seu *curriculum vitae*.

- d) Os dados serão conservados por um período de seis meses.
- e) Os candidatos têm direito de acesso aos seus dados pessoais e à sua retificação, apagamento, limitação e oposição ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados, sempre que, comprovadamente, se justificar e seja legalmente admissível.
- f) A Intercir, Centro Cirúrgico de Coimbra designou Encarregado de Proteção de Dados, que poderá ser contactado para a morada Rua Dr. Manuel Campos Pinheiro, n.º 25, São Martinho do Bispo, 3045-089 Coimbra ou pelo endereço de correio eletrónico dpo@ccci.pt
- g) A Intercir, Centro Cirúrgico de Coimbra, na qualidade de responsável pelo tratamento de dados, poderá recorrer a entidades terceiras, por si subcontratadas, para em seu nome, de acordo com as instruções dadas por esta e em estrito cumprimento com o disposto na legislação nacional e comunitária, procederem ao tratamento dos dados pessoais.
- h) Os candidatos podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (autoridade de controlo nacional), no caso de considerarem que o tratamento dos dados pessoais viola a legislação nacional e comunitária nesta matéria.